

Capítulo 1

1.1. Considerações Gerais:

Grande parte das referências ao IRA carrega consigo, por um lado, um amplo discurso político organizado ao redor da categoria de terror, fazendo com que a organização seja imediatamente associada ao terrorismo e suas questões e, muitas vezes, considerada mais um grupo terrorista. Esta categorização pode trazer uma série de simplificações e generalizações. Particularmente, ela pode fixar o IRA enquanto organização terrorista no sentido específico de um grupo que promove violência contra um Estado e seus agentes, o que o torna, portanto ilegítimo, ou não-político, ou ainda, imoral. Por outro lado, há algumas interpretações sobre o IRA como sendo um grupo de caráter revolucionário de esquerda, que fixam a organização em um imaginário que também simplifica o movimento republicano e suas interações sociopolíticas, sem dar conta de outras facções internas ainda mais fortes do que a esquerdista.

Desta maneira, o IRA é entendido a partir de uma bagagem de pensamento dos séculos XIX e XX do que seria a política radical e revolucionária e no que ela implica. Esta bagagem é herdada dos casos paradigmáticos das Revoluções Francesa e Soviética, durante as quais o ponto central da ação radical envolvia a derrubada violenta do regime antigo e a captura do poder estatal. São estes os casos que ilustram o imaginário político e forneceram um modelo para inúmeros movimentos nacionalistas e libertários primeiramente na Europa e, depois, em outras partes do mundo, especialmente nas lutas anticoloniais em meados do século XX.

Esta fórmula de entendimento acerca de política radical foi naturalizada e oferece uma maneira simples e rápida de se construir o que o IRA é, o que faz e quais devem ser suas ambições e objetivos. Tal formulação é amplamente aceita e facilmente encontrada dentro do exército e do movimento republicano irlandês em

geral com todas as suas organizações e grupos diferentes. Esta interpretação é importante para a mobilização e legitimação do grupo, mas pode-se acrescentar um entendimento diferente acerca do IRA fazendo uso de outras correntes analíticas que examinem o movimento, especialmente suas rotinas e disputas nas quais estão envolvidas símbolos e práticas.

Ao longo da história da resistência irlandesa à invasão da ilha, podem ser encontradas inúmeras declarações acerca do caráter revolucionário do movimento republicano que refletem esta autoimagem. O INLA (*Irish National Liberation Army*), por exemplo, em 2006 em declaração pela memória da morte de um de seus voluntários em Dublin, demonstra comprometimento com esta herança:

“Let those in high places, those terrified of the politics we organize around be told (...) It is their greedy capitalistic policies that are feeding the crime and social cancers in our society, not us and our vision of a Socialist Republic. They are the sickness...We are the cure. They are the past and we are the future. (...) So let’s raise a glass tonight for our fallen Comrade Patrick Campbell, and from tonight, let’s show extra commitment to the socialist struggle and make ours and Patrick’s dreams of a better future, more of a reality.”¹

O braço político do INLA, o IRSP (*Irish Republican Socialist Party*) disponibiliza em seu sítio eletrônico (www.irsp.ie) o clássico texto de Lênin, de 1915, sobre o proletariado revolucionário e o direito de autodeterminação das nações e, ainda, a definição do partido do republicanismo (revolucionário) irlandês onde a luta pela libertação nacional não pode ser separada da luta de classes:

“The Irish Republican Socialist Party is an organisation created by and for working class people, to aid working class liberation in Ireland and internationally with others who share that common goal. The IRSP stands in the tradition of James Connolly², seeking an end to all forms of exploitation and the creation of a 32 county socialist republic, with the working class collectively owning the means of production, distribution, and exchange, as well as democratically administering society.(...)”

Revolution not Reform: The IRSP believe that the present class system cannot be reformed out of existence. There exists no parliamentary road to socialism and the liberation of our class. We need to build an organised working class movement with the politics capable of leading the fight against capitalism. Our class are

¹ Disponível no site <http://www.indymedia.ie/article/79611>. Acessado em 23 de maio de 2011

² Um dos líderes do Levante da Páscoa de 1916, Connolly é o principal representante socialista do movimento.

entitled to control over all the wealth of society and to obtain it through any means necessary."³

O *Workers Party*, braço político do OIRA (*Official IRA*) faz referência tanto à revolução francesa quanto ao socialismo no âmbito da luta do movimento republicano irlandês, também se inserindo nesta longa corrente de revoluções libertárias:

"During the period 1962 - 1969, the Republican Movement as it was then known, was being altered from a militaristic organisation, solely concerned with securing 'national unity', into a revolutionary political organisation with an embryonic socialist agenda.

From the French Revolution to the present is a mere two centuries. But they have contained some of the most turbulent years the world is ever liable to witness.

*Republicanism, as The Workers' Party understands it⁴, cannot be separated from the fundamental principles of the French Revolution - for Liberty, Equality and Fraternity."*⁵

Cathal Goulding, chefe de *staff* do IRA e do OIRA, em entrevista para o *New Left Review* no início dos anos 1970 apontou para necessidade de se ensinar e enfatizar a tradição do movimento republicano irlandês desde 1798, ano da rebelião propriamente republicana dos *United Irishmen* e fazendo uma conexão desta com o socialismo de Connolly, um dos líderes do levante (não totalmente socialista) de 1916, para demonstrar a necessidade de se educar o povo irlandês de maneira que não se pense que o fim da luta seria o fim do domínio britânico, e sim uma república socialista, já que a ausência do exército britânico no Sul não teria libertado a região do seu domínio imperialista.⁶

A declaração de independência – frustrada – assinada pelo mesmo Connolly e outros líderes do levante da Páscoa de 1916, consonante com os movimentos nacionalistas de sua época, declara:

"In the name of God and of the dead generations from which she receives her old tradition of nationhood, Ireland, through us, summons her children to her flag and strikes for her freedom.(...)

³ <http://www.irsp.ie/Background/theory/thisisrepsoc.html>. Acessado em 23 de maio de 2011

⁴ É interessante notar que não há republicanismo, mas entendimentos do que ele seja. Republicanismo se resume, no contexto recente dos conflitos locais a dois itens: fim do domínio britânico e uma Irlanda unida. A diferença entre os grupos está no tipo de república deve existir.

⁵ <http://www.workerspartyireland.net/history.html>. Acessado em 23 de maio de 2011

⁶ Entrevista disponível no site, acessado em 23 de maio de 2011 http://d16500336.u218.surftown.se/rekommenderat.php?subaction=showfull&id=1257166047&archive=1271166945&start_from=&ucat=7&

We declare the right of the people of Ireland to the ownership of Ireland, and to the unfettered control of Irish destinies, to be sovereign and indefeasible. The long usurpation of that right by a foreign people and government has not extinguished the right, nor can it ever be extinguished except by the destruction of the Irish people. In every generation the Irish people have asserted their right to national freedom and sovereignty; six times during the past three hundred years they have asserted it in arms. Standing on that fundamental right and again asserting it in arms in the face of the world, we hereby proclaim the Irish Republic as a Sovereign Independent State.”⁷

Assim, pode ser visto como as revoluções Francesa e Soviética, o socialismo aliado com o nacionalismo, estão presentes nos discursos de construção do movimento republicano na Irlanda. A luta pela libertação nacional e o papel do movimento republicano nesta luta é bastante estudada principalmente em debates sobre sua derrota ou vitória, dentro e fora da academia.⁸ A proposta desta dissertação não é analisar o caráter revolucionário do IRA, mas um aspecto dentre inúmeras aspectos de sua complexidade. Um recorte analítico se faz necessário e esta análise irá se debruçar principalmente sobre as práticas de segurança⁹ do movimento.

Do outro lado, a visão do grupo com ênfase no terrorismo também oferece uma maneira fácil para a mídia¹⁰ encontrar bastante apelo na imaginação política popular, como não poderia deixar de ser. O uso deste rótulo pelos veículos midiáticos enfatiza a deslegitimação do grupo frente à opinião pública. Por exemplo, a RTÉ, maior grupo midiático da Irlanda frequentemente associa o adjetivo terrorista ao IRA:

⁷ Disponível, dentre outros sites, <http://www.stephen-stratford.co.uk/declaration.htm>. Acessado em 23 de maio de 2011

⁸ Blogs e revistas eletrônicas como a Pensive Quill de Anthony McIntyre e o site pessoal de Danny Morrison, bem como debates em jornais, revistas e eventos públicos apresentam as diversas visões relacionadas com o sucesso revolucionário ou com a traição do IRA e outros grupos do movimento republicano.

⁹ O conceito de segurança é extremamente contestado. As práticas de segurança são utilizadas aqui como ligadas à política de proteção em consonância com a visão crítica de autores como Bigo e Huysmans, onde (in)segurança e proteção estão diretamente ligadas a mecanismos de governo. O conceito clássico de segurança diz respeito à proteção contra ameaças existenciais, e seu uso político justifica uma série de mecanismos de controle e governo. Segundo Buzan e cia. (1998), Segurança é sempre relacional e, em seu nome, medidas emergenciais acima da política são justificadas para a defesa contra uma ameaça existencial. Segurança é, portanto, o movimento que leva a política para além das regras estabelecidas.

¹⁰ A importância da mídia é a sua capacidade de influência na construção do senso comum, e ainda que ela própria não obedeça a uma definição específica, o uso do termo terrorismo é amplo.

*"In its report this afternoon, the IMC declared that the IRA has disbanded its terrorist structures and relinquished 'the leadership necessary to wage war'."*¹¹

*"Major Carlos Eduardo Matiz told the court that he had no direct knowledge of the three Irish men and their links to the FARC guerrilla movement, but he said that a terrorist training manual in English found in the FARC controlled area could have been used by Colombian terrorists."*¹²

*"He described as total rubbish a report suggesting he was involved in a plan that the illegal march would come under attack, that the IRA would be forced to defend it and that snatch squads could then be sent in to arrest the terrorists."*¹³

A rede norte-americana CNN segue a mesma linha:

*"But Reid will be in a difficult position if the prosecution in the case following the raid does not secure a conviction. Sinn Fein's head of administration, Denis Donaldson has been charged with five charges alleging possession of information likely to be of use to terrorists."*¹⁴

*"This marks the first time accused international terrorists have been arrested in Colombia in connection with allegedly training guerrillas."*¹⁵

*"Under the terms of the accord, terrorist groups on both sides dumped their weapons, and political allies of both sides now work together in Northern Ireland's power-sharing government."*¹⁶

O jornal *The Guardian* apresenta uma seção explicativa intitulada *Republican Terrorists: the Factions* onde descreve, por exemplo, o grupo Continuity IRA (CIRA) da seguinte maneira:

*"The only republican terrorist group not to have declared a ceasefire, it is violently opposed to any deal not based on a united Ireland. It is the terrorist wing of Republican Sinn Fein, a dissident group headed by former IRA chief of staff, Ruairi O Bradaigh."*¹⁷

Em outra reportagem, do mesmo jornal, intitulada *Fury as Terrorist Prisoners Go Home for Christmas*:

"A woman who lost both her parents in the Shankill Road bombing five years ago yesterday handcuffed herself to the Maze Prison as she protested at the murderer being granted Christmas parole."

¹¹ <http://www.rte.ie/news/2008/0903/northpolitics.html> Acessado em 23 de maio de 2011

¹² <http://www.rte.ie/news/2002/1203/colombia.html> Acessado em 23 de maio de 2011

¹³ <http://www.rte.ie/news/2002/0924/bloodysunday.html> Acessado em 23 de maio de 2011

¹⁴ <http://edition.cnn.com/2002/WORLD/europe/10/07/nireland.robertson/index.html?iref=allsearch> Acessado em 23 de maio de 2011

¹⁵ <http://edition.cnn.com/2001/WORLD/americas/08/13/colombia.ira/index.html?iref=allsearch> Acessado em 23 de maio de 2011

¹⁶ <http://edition.cnn.com/2011/WORLD/europe/05/18/ireland.uk.queen.visit/index.html?iref=allsearch> Acessado em 23 de maio de 2011

¹⁷ <http://www.guardian.co.uk/uk/2000/feb/07/northernireland.marktran> Acessado em 23 de maio de 2011

*Sean Kelly was one of 170 terrorists freed for 10 days parole yesterday. He was allowed to leave out of a side entrance to avoid Michelle Williamson, 31. She called him a murdering coward.*¹⁸

Os exemplos refletem como o imaginário de uma parcela da população vê os diversos grupos republicanos e suas ações violentas como terrorismo. Obviamente há mídias que não retratam estes movimentos fazendo uso de tal linguagem, mas aquelas com maior alcance e tiragem, é seguro dizer, associam terrorismo ao movimento republicano.

Alguns autores de diversas áreas de conhecimento também tendem a fundamentar suas análises nesta mesma base geral de entendimento acerca de ações políticas radicais, principalmente aqueles que lidam com *policy making* e combate ao terrorismo que entendem organizações como o IRA, ETA, Hamas e as FARC não têm autoridade para efetuar ações violentas já seu monopólio é do Estado, o que as afasta do âmbito da política, colocando-as em oposição ao Estado que diz respeito à legitimidade de ação política e representação de uma população. A partir daí surge o dilema da negociação, especialmente nas democracias, não se deveria negociar com tais organizações uma vez que seria o mesmo que reconhecer sua legitimidade.

Grande parte desta questão é resultado da indefinição do conceito de terrorismo¹⁹, utilizado para análise de grupos e contextos, tão diversos e incompatíveis entre si, na busca de um conceito teórico geral. Novamente, há dificuldades quando esta discussão é feita a partir de subáreas de estudos ligadas especificamente à implementação de políticas de segurança, ligadas a agências de segurança específicas dentro de governos.

O primeiro caso, a busca por um conceito abrangente do termo terrorismo, leva a simplificações cujo resultado permitiria juntar grupos que existem e existiram em contextos diferentes sob o mesmo rótulo. Martha Crenshaw apresenta uma extensa quantidade de análises muito interessantes sobre o tema, procurando em uma delas, escrita nos anos de 1980, justamente ir além de análises

¹⁸ <http://www.guardian.co.uk/uk/1998/dec/24/johnmullin?INTCMP=SRCH> Acessado em 23 de maio de 2011

¹⁹ CRENSHAW, DINIZ, HERZ e MESSARI, dentre outros chamam atenção para esta questão de como a indefinição do termo prejudica o entendimento do fenômeno e pode gerar grande violência no combate a estes grupos. Os dois últimos chamam atenção para a necessidade de se analisar cada grupo em seu contexto, em oposição à generalização.

históricas que não conseguiriam alcançar um nível teórico amplo o suficiente que contribuísse para a definição do que é terrorismo, por terem o foco no específico e no contingente. A autora critica, ainda neste texto, as análises esquerdistas voltadas para a questão puramente revolucionária. Tanta especificidade dificultaria a comparabilidade entre os diversos casos e Crenshaw, em busca das causas do terrorismo e do que se trata o fenômeno, procura definir o que há de comum, do terror jacobino até o terrorismo pela libertação nacional. Em sua análise, ela faz uso de casos históricos como *ilustração* (e não análise) na busca de um conceito geral:

“...historical cases of terrorism are used as illustrations, not as demonstrations of hypotheses. The historical examples referred to here are significant terrorist campaigns since the French Revolution of 1789; considered as a facet of secular modern politics, principally associated with the rise of nationalism, anarchism, and revolutionary socialism. The term terrorism was coined to describe the systematic inducement of fear and anxiety to control and direct a civilian population, and the phenomenon of terrorism as a challenge to the authority of the state grew from the difficulties revolutionaries experienced in trying to recreate the mass uprisings of the French Revolution.”²⁰

A autora descreve as causas do terrorismo, ou melhor, os espaços de oportunidades para o aparecimento do fenômeno que seria fruto do descontentamento de uma elite que vê o Estado como culpado e analisa como, devido a características psicológicas da ligação dos membros com o grupo, o terrorismo só é possível ser eliminado, algumas vezes, quando o próprio grupo é eliminado. Martha Crenshaw é uma excelente pesquisadora com extensa bibliografia sobre o tema e sua busca é, nesta fase, procurar uma definição geral do terrorismo que acaba por dar lugar à procura por suas causas para que possa ser combatido. Mas ainda não há uma definição amplamente aceita.

Nesta mesma busca por um conceito definitivo de terrorismo, Eugênio Diniz, a partir da crítica de diversas definições do termo por outros autores, busca uma definição com a preocupação de que não se caia nas disputas políticas que a cercam, e sim oferecendo critérios que permitam avaliar a designação de um ou outro ator como terrorista, de maneira que permita ao mesmo tempo analisar discursos enviesados. Diniz ainda propõe qual seria a melhor solução para o

²⁰ CRENSHAW: 1981

combate ao terrorismo, em algumas etapas, demonstrando a preocupação com seu combate.²¹

Em texto mais recente, Martha Crenshaw procurou analisar como o terrorismo passa a ser visto como um problema urgente de segurança internacional, após os atentados de 11 de setembro. A questão ainda permanece na agenda internacional, já que, além da continuidade dos atentados, há questões ligadas a ele que ainda estão longe de serem resolvidas, como na Palestina e Caxemira. Crenshaw observa que o consenso internacional acerca do tema – bastante consolidado no imediato pós-11/9 – encontra-se hoje desgastado. Há necessidade de maior consenso com relação a dois problemas: como lidar com grupos, antes terroristas, que alcançam o poder (democraticamente) e o fato de que uma rotulação definitiva de grupos diferentes como terrorista dificulta ao extremo a resolução desta questão.

Pode ser observada uma mudança no trabalho desta autora, ao longo de sua carreira. Há ainda, o problema de como a indefinição deste conceito dificulta sua análise e a construção de políticas para lidar com o fenômeno; mas há, além disto, a visão da necessidade de se contextualizar cada um dos grupos considerados terroristas, e o perigo das rotulações definitivas de diferentes grupos. Isto não quer dizer que a autora considerasse todos iguais, ou que a história fosse irrelevante, mas que há maior preocupação com a imobilidade gerada por uma rotulação definitiva ao longo do tempo e do espaço.

De 1981 – data do primeiro texto de Crenshaw citado aqui – até 2001 houve mudanças extremamente significativas no mundo. As análises esquerdistas puramente preocupadas com questões revolucionárias que a autora criticara perderam terreno (ainda mais do que já haviam perdido então) além do fato de que no século XXI muitos dos terroristas revolucionários de outrora chegaram ao poder por via democrática. Então o que fazer com as definições generalizantes anteriores quando terroristas ganham eleições democraticamente ao mesmo tempo em que ataques como os da Al Qaeda conseguem paralisar o mundo durante alguns minutos? Crenshaw mostra como são prejudiciais definições de terrorismo que reificam as organizações, e demonstra necessidade de se pensar no fenômeno

²¹ DINIZ: 2004

tendo em mente todos os problemas relacionados aos usos subjetivos e pejorativos do termo, bem como sua contestabilidade e polêmicas que a identificação de um grupo (ou Estado) como terrorista pode gerar.

Richard English faz uma longa análise do que seria terrorismo, em especial o “terrorismo internacional” após os ataques do 11 de setembro em seu livro *Terrorism: How to Respond*. A partir do caso do “terrorismo doméstico” na Grã-Bretanha, o autor parte para uma definição mais ampla em direção à atual ameaça internacional. Preocupado com a resolução do problema, English, procura as falhas da guerra mundial contra o terror e a necessidade de se estar atento à história e ao que ele chama de lições do passado.²²

English, que é um dos maiores *experts* de Belfast no assunto defende o uso do termo, de maneira a se evitar uma rotulação política, sendo “honesto” quanto à questão. A partir da história do nacionalismo irlandês, o autor procura semelhanças com outros grupos, não somente nacionalistas, mas também religiosos, socialistas, nihilistas, etc. A Irlanda do Norte poderia ser considerada um laboratório para o combate ao terrorismo, de maneira que as experiências lá feitas possam auxiliar no combate à violência ilegítima em outros lugares do mundo. Ainda que sensível a questões históricas, English reduz organizações diferentes a uma única questão.

Desta forma Diniz, Crenshaw e English – dentre outros – estão atentos ao peso político do termo terrorismo, mas ainda assim o mantém como central em suas análises, procurando encontrar sua definição mais coerente. O efeito do 11 de setembro em Crenshaw, que nos anos de 1980 defendia a busca do que haveria em comum nos diversos grupos terroristas ao longo de séculos em oposição a análises puramente históricas, levou a autora a chamar atenção para a dificuldade gerada por uma rotulação definitiva de organizações tão diferentes²³.

Novamente é preciso dizer que estes estudos não considerados aqui de maneira alguma como errados ou pouco importantes, o que se pretende demonstrar é que o foco em uma busca pela definição do que são estas organizações – o que é terrorismo – tira o foco, por vezes, das próprias

²² ENGLISH: 2009

²³ CRENSHAW, 2010

organizações, que podem muitas vezes ser semelhantes. O que se pretende fazer nesta dissertação é dar foco não nas diferenças entre movimentos políticos que fazem uso da violência, às quais os autores citados estão atentos ainda que busquem definição em comum, mas, ainda, dar foco às diferenças internas de um movimento político. Obviamente, todo recorte implica em simplificações, e este não é diferente, mas procura chamar atenção para a complexidade interna destes movimentos ao apresentar um pequeno aspecto desta complexidade.

O jornalismo influencia muito na questão de rotulação terrorista e no imaginário, como já foi dito. Há uma série de jornalistas especializados no assunto e que, por esta razão, adquirem certa notoriedade e legitimidade perante a opinião pública ainda mais do que acadêmicos, um exemplo do Reino Unido é Peter Taylor, jornalista especializado no conflito da Irlanda do Norte e em “terrorismo global”. Faz parte do time responsável pelo tradicional programa de jornalismo investigativo da BBC, *Panorama*, e faz uso do termo terrorista sem restrições – ainda que observe que o terrorista de um é a resistência de outros – em seus livros sobre o tema onde coloca militantes do IRA e da Al Qaeda sob o mesmo rótulo, abordando questões como o tipo de relação que o Estado deveria ter com os terroristas e quais as causas do fenômeno, procurando assim, definir que lições podem ser tiradas do processo de paz na Irlanda do Norte – a negociação – que possam ser utilizados na resolução de outros conflitos atuais. Apesar de focar bastante nos indivíduos e no cotidiano, o autor, em nome da neutralidade, despolitiza estas práticas.

De qualquer forma, a visão destes autores é uma visão que enfatiza a oposição entre a legitimidade do Estado e a ilegitimidade dos terroristas. Ainda que alguns – principalmente os acadêmicos – apontem também o terrorismo estatal, o foco no fenômeno e não no ator mantém fechada a definição de Estado enquanto unitário. Ao focar na generalização, na definição do que seria terrorismo e suas causas comuns, perde-se a característica relacional dos processos sociopolíticos dos quais estas organizações são parte, produtoras e reprodutoras, através das práticas diárias e específicas, tanto no âmbito estatal quanto não-estatal. A tentativa de se definir um fenômeno por si acaba por reificá-lo, separando-o de seus atores e de suas histórias, o que afasta a análise do que cada

um destes atores representa e de sua autoridade perante uma população e não somente uma elite.

Toda esta literatura voltada para o fenômeno em si e que vêem a necessidade de um conceito geral de terrorismo, acaba por ter algo em comum: o fato de que todas têm a necessidade de apresentar a complicada hercúlea de construir sua própria definição do que significa terrorismo, para então seguir sua análise a partir de sua definição específica²⁴. Isto ocorre porque não há um conceito paradigmático do termo. Terrorismo é um termo analiticamente complicado, como alguns dos próprios autores aqui citados explicam, tanto por ser um rótulo com peso político e que diz mais respeito a quem rotula do que a quem é rotulado, quanto por despolitizar a questão ao tirar o foco das práticas dos atores que ficam diluídos em meio a generalizações e simplificações.

Mais especificamente, as definições. Diniz “sendo o emprego do terror contra um determinado público, cuja meta é induzir (e não compelir nem dissuadir) num outro público (que pode, mas não precisa, coincidir como o primeiro) um determinado comportamento cujo resultado esperado é alterar a relação de forças em favor do ator que emprega o terrorismo, permitindo-lhe no futuro alcançar seu objetivo político.”²⁵ Esta definição não ajudaria nesta análise porque não se volta para as questões internas dos grupos chamados terroristas já que, como o próprio autor defende, o terrorismo deve ser analisado a partir de seus fins, e não de seus meios. O que deve ser analisado aqui é justamente o processo de disputa pela definição do meios e, portanto, esta definição não seria de grande ajuda.

Já Crenshaw define o terrorismo, no segundo texto aqui citado, como sendo “qualquer ação que intenciona causar a morte ou sérios danos físicos a civis ou não combatentes, quando o objetivo desse ato, por sua natureza ou contexto, é intimidar uma população ou forçar um governo ou organização internacional a fazer ou deixar de fazer alguma coisa.”²⁶ Aqui, a autora se preocupa em definir tanto os fins quanto os meios, porém, a definição dos meios também não leva em

²⁴ DINIZ: 2004; CRENSHAW: 1981, 2010; HEYMAN: 2003; ENGLISH: 2007; WHITTAKER: 2003; NYE: 2004.

²⁵ DINIZ, 2004 p.212

²⁶ CRENSHAW p. 3 (falta referencia)

conta as organizações e seus processos internos, suas relações. A autora define os grupos principalmente pelos meios, porém alienados dos grupos, como se fossem caixas pretas, ainda que com historicidade, os processos e disputas cotidianas não são levados em consideração e sim reduzidos.

English insiste na necessidade de se admitir abertamente o uso do terror pelos grupos ditos terroristas, a necessidade de evitar uma suposta hipocrisia com relação à violência. Mas esta ainda não é a questão a ser analisada aqui, e sim os processos internos do grupo, as disputas que definem a agenda do movimento ao longo da história.

Outra questão são as análises influenciadas pelos eventos do 11 de setembro, que surgem relacionadas à questão do excepcionalismo. Como aponta Huysmans, é necessário resistir a leituras extremas baseadas no conceito de exceção, de Schmitt por um lado e de Agambem por outro, que despolitizam os processos sociais de disputa política, e podem acabar por excluir a sociedade da análise.²⁷ As leituras influenciadas pelos ataques de 2001 que apontam justificativas e necessidade de medidas excepcionais transbordam os limites das análises relacionadas ao evento para os estudos de segurança em geral, tanto para setores excepcionalmente securitizados – migração e refugiados; ecologia; economia; etc. – quanto para as mais tradicionais análises e políticas relacionadas aos grupos como o IRA, Hamas, ETA e as FARC, justificando inúmeras ações – de excepcionalidade agora justificável - na Colômbia, Palestina e Rússia, onde o combate ao separatismo checheno talvez tenha proporcionado os espetáculos mais ilustrativos, com todos os seus justificáveis danos colaterais, frutos da imoralidade de se negociar com “terroristas”.

No que diz respeito ao IRA, o “jargão da exceção” pode influenciar os estudos em dois sentidos opostos. Há uma tendência à demonização do movimento republicano e dos grupos que dele fazem ou fizeram parte, o que torna proibitivo tanto a negociação com os dissidentes quanto quaisquer manifestações artísticas de toda uma comunidade relacionadas ao tema, censuradas como imorais e apologéticas, até mesmo porque as políticas de exceção estão ligadas também ao

²⁷ HUYSMANS: 2008

“politicamente correto.” O excepcionalismo em voga atualmente é aplicado às leituras do passado.

A outra influência é oposta, tende à santificação do IRA. Danny Morrison vê com certa diversão como muitos *experts* em terrorismo mudaram seus discursos com relação ao republicanismo já que, anteriormente, aplicavam ao IRA o rótulo de propagadores do terror com os quais não se deveria negociar e que hoje em dia são quase saudosos com relação à organização à qual atribuem outros adjetivos menos deslegitimadores, enfatizando as diferenças entre eles e grupos muçulmanos.²⁸ Isto reflete uma série de questões que vão da indefinição de um conceito analítico – terrorismo – e seu peso político, até questões de racismo e identidade.

Aliás, como Huysmans, Walker e outros defendem, de excepcionais estas novas políticas não têm muita coisa já que as burocracias, o tipo de conhecimento e práticas cotidianas das agências de segurança não mudaram significativamente desde 2001. No caso da Irlanda do Norte, pode-se dizer que as chamadas políticas de exceção são o que há de mais tradicional na ilha que recebeu operações de forças especiais desde os *Black and Tans* até os *A, B e C Specials* e os *SAS* que atuavam tanto junto à RUC (Royal Ulster Constabulary) quanto além dela, excepcionalmente e constantemente, junto a grupos paramilitares ou infiltrados no movimento republicano. Tais grupos especiais gozavam de licenças excepcionais para atuar acima da lei, ou muito abaixo dela, temporariamente ao longo de mais de um século, enquanto o local não pudesse voltar à normalidade, que talvez só tenha existido nos últimos quatro ou cinco anos, quando a região recebeu autonomia policial e judiciária – autonomia a não ser em casos excepcionais ligados à segurança nacional. Um dado interessante é que, na escala de alerta de perigo de atentados terroristas da Grã Bretanha, o alerta para a Irlanda do Norte é sempre mais alto do que para a Inglaterra com sua Londres tão mais interessante do que a provinciana Belfast.

A própria liderança do movimento republicano consegue aproveitar e se beneficiar, no âmbito das disputas internas, deste contexto mundial pós-11 de setembro e do *status* que grupos “terroristas” passaram a ter neste imaginário, a

²⁸ Ver anexo I.

percepção de gravidade, pânico e urgência excepcionais. O acordo da Sexta-Feira Santa, em 1998, previa o desarmamento do IRA, o que não acontece imediatamente e gera certa relutância de parte da liderança. Outros acordos já haviam sido feitos anteriormente sem que o IRA se desarmasse, e, se a violência voltasse a acontecer, o exército não teria como proteger suas áreas. Além disso, a existência do IRA possibilitava certo poder de barganha para o movimento frente ao seu público, como o próprio Gerry Adams soube usar²⁹ quando necessário. O fato é que a pressão norte-americana e europeia, o clima gerado pela guerra mundial contra o “terror” e a deslegitimação e rotulação de grupos armados como “terroristas”, ajudaram Adams e McGuinness a promover o fim da luta armada, o desarmamento do IRA e manter o movimento unido³⁰ mesmo não tendo assegurando seus objetivos mais básicos: retirada do domínio britânico e uma Irlanda unida. Desta forma, o contexto excepcional ajudou a incluir os republicanos nos mais altos cargos da administração pública deixando o republicanismo (irlandês) de lado.

De qualquer modo, é importante frisar que as leituras excepcionalistas devem ser evitadas, segundo Jef Huysmans, justamente porque leituras deste tipo sobre processos sociopolíticos enquadram a questão analisada de modo a eliminar uma das características constituidoras da política democrática moderna, produzindo um entendimento ilusório e pouco refinado dos processos de contestação – excetua-se a significância política das práticas sociais. Tendem a marginalizar e até neutralizar sociedade enquanto campo político, com suas características multifacetadas, disputas, mediações e mobilizações políticas estruturadas ao longo da história.³¹

Naturalmente, esta é uma tradição de análise que pode funcionar em grande sintonia com as autoridades estabelecidas em todos os níveis, da academia à administração pública; aos Estados que se sintam ou se digam ameaçados por tais grupos terroristas. O Estado e a ordem político-administrativa vigente ganham, desta maneira, uma enorme vantagem: o *status* de legitimidade, ao mesmo tempo

²⁹ “*they haven’t gone away, you know*” foi a resposta de Adams ao grito vindo da plateia que bradou pela volta do IRA, após a declaração de cessar-fogo unilateral do exército e entrada do *Sinn Féin* nas negociações durante um comício público do partido, em 1995

³⁰ Apenas um pequeno grupo se desvincilhou do exército, o *Real IRA*.

³¹ HUYSMANS: 2008

em que organizações como o IRA são condenadas como símbolos centrais da ilegitimidade política, como atores perpetuadores de violência ilegítima, violência pura, simplesmente terror. Nas formulações mais extremas, grupos como o IRA, Hamas e ETA são a combinação do inimigo e o maldito, abominável, agentes com os quais seria impossível e, mais importante, imoral promover negociações, como Ian Paisley, primeiro ministro da Irlanda do Norte de 2007 a 2008, os definia.

O discurso oficial dos governos sobre organizações terroristas é, também, norteado pelas (diferentes) definições que as agências de segurança e órgãos do governo dão ao termo. O MI5 apresenta sua definição de terrorismo e grupos terroristas em seu site com uma foto ilustrativa do atentado republicano em Manchester de 1996. A definição se segue, de acordo com o *Terrorism Act*:

“The use or threat of action designed to influence the government or an international governmental organisation or to intimidate the public, or a section of the public; made for the purposes of advancing a political, religious, racial or ideological cause; and it involves or causes:

- *serious violence against a person;*
- *serious damage to a property;*
- *a threat to a person's life;*
- *a serious risk to the health and safety of the public; or*
- *serious interference with or disruption to an electronic system.*

Sources of terrorist threats:

International terrorism from groups such as Al Qaida presents a threat on a scale not previously encountered. Drawing on extremist messages presented by figures such as Usama bin Laden, Al Qaida and its related networks seek to carry out terrorist attacks around the world, aiming to carry out "high impact" attacks causing mass civilian casualties.

Northern Ireland related terrorism continues to pose a serious threat to British interests. Although a peace process has been active for several years, some Republican terrorist groups oppose the peace process and continue to attack economic and political targets.”³²

Nos Estados Unidos podem ser encontradas na mesma lista de organizações terroristas estrangeiras tanto a Al Qaeda e suas ramificações quanto o RIRA e

³² <https://www.mi5.gov.uk/output/terrorism.html> Acessado em 23 de maio de 2011

CIRA.³³ Huysmans defende que estes tipos de listas não têm tanto poder quanto se poderia imaginar, mas não se pode negar que, ainda assim, orientam políticas de potências mundiais e influenciam, juntamente com discursos, imprensa e propaganda, o senso comum – uma das armas mais importantes.

Como já foi dito, as forças políticas são complexa demais para serem capturadas e inscritas em categorias que têm uma longa história de uso enquanto *slogans* políticos, dos quais os políticos profissionais e agências governamentais fazem uso em grande escala, e o caso do Exército Republicano Irlandês não é exceção. Tal complexidade apresenta uma rica dimensão empírica, mas também envolve questões importantes de princípio político. Novamente, não é possível dar conta de tamanha complexidade aqui, mas somente de um aspecto dela.

Primeiramente, a dimensão empírica. O IRA é uma organização constituída por muitas partes e inúmeras forças em oposição. Sem entrar, por agora, na questão dos diversos IRAs – OIRA, PIRA, CIRA e RIRA sendo que todos estes são organizados a partir do mesmo modelo – o exército republicano é organizado em hierarquia muito bem definida, com alguns postos passíveis de serem ocupados por votação de alguns membros, mas em geral nomeados por hierarquia superior.

Há o Conselho de Guerra, responsável pela definição da estratégia do exército – e do próprio movimento republicano em grande parte da sua história - composto por sete membros nomeados pelo Executivo do IRA, por sua vez composto por 12³⁴ veteranos consagrados que, além de nomear os membros do Conselho de Guerra, também têm poder de dissolvê-lo, mas isto em geral não acontece. Este executivo é eleito durante a convenção geral do exército (*General Army Convention* - GAC) sem regularidade específica. Naturalmente, o grau de consulta, participação de voluntários e a própria estrutura não são precisos, mas definitivamente não se trata de uma democracia.

Danny Morrison define esta questão sobre democracia interna no movimento e o processo de decisão dizendo que liderança não diz respeito a

³³ <http://www.state.gov/s/ct/rls/other/des/123085.htm> Acessado em 23 de maio de 2011

³⁴ Por vezes o conselho pode ser ampliado.

obedecer e sim a liderar. Ainda assim haveria espaço para iniciativas individuais,³⁵ que provavelmente dependem de que indivíduo toma que iniciativa.

Há ainda o *Staff* do Quartel General (*General Headquarters Staff* – GHQ) responsável por manter o IRA em estado de prontidão para a guerra e conduzir suas campanhas militares. O GHQ é nomeado pelo Conselho de Guerra e é dividido em alguns departamentos, como o Departamento de Finanças; Departamento de Inteligência; Departamento de Engenharia, que aperfeiçoa, desenha e trabalha as armas e bombas; Departamento Quarteleiro, que cuida das armas; Departamento de Operações e Segurança Interna, responsável, dentre outras coisas, por procurar infiltrados e o Departamento de Educação, pelo qual são treinados os voluntários.

Todos estes departamentos e conselhos, sem falar nas brigadas e comandos regionais, com suas rotinas específicas em relação a todos os outros, formam e reproduzem o IRA ao longo do tempo e, apesar de ser constituído por uma hierarquia específica, há muita disputa no movimento por postos e cargos que deem visibilidade para que se façam ouvir, assim como qualquer instituição governamental.

Há inúmeras facções dentro do movimento republicano em geral. O IRA e o *Sinn Féin* se confundem em inúmeros níveis, a tal ponto que Martin McGuinness, Gerry Adams e Gerry Kelly terem sido membros do Conselho de Guerra até 2005 enquanto ocupavam cargos públicos pelo *Sinn Féin*. Apesar de negarem oficialmente já terem participado do IRA³⁶, esta situação é amplamente sabida e apoiada por grande parte da população que o movimento representa. Há uma grande disputa entre a liderança em prol do beneficiamento do *Sinn Féin* ou do IRA ao longo do tempo, que será retomada nos capítulos posteriores.

Mas não é só de *Sinn Féin* e IRA que se forma o movimento republicano. Diversos grupos armados e seus equivalentes políticos ainda fazem parte do republicanismo irlandês assim como grupos sem ligações com a luta armada, como é o caso dos nacionalistas constitucionais. Estes últimos têm como principal

³⁵ Ver anexo I

representante o SDLP (*Social Democratic and Labour Party*) cujo membro mais atuante, ao longo da história recente dos conflitos na Irlanda do Norte, é John Hume. O partido juntamente com a NICRA (*Northern Ireland Civil Rights Association*) sempre defendeu um caminho sem luta armada para a união da ilha, através de meios eleitorais e manifestações políticas. A NICRA tem a participação de um público mais variado do que o SDLP, não sendo ligada a partidos políticos e podendo haver algumas interseções de membros individuais com grupos republicanos armados, ainda que o movimento seja pacífico.

Com relação aos grupos armados há diversos IRAs ao longo da história que surgem a partir das rupturas no movimento que resultaram em novos grupos armados seguidos pela organização de seus respectivos braços políticos. Nos últimos 50 anos há cinco grupos armados (relevantes) que existiram ou coexistiram durante décadas e, alguns, que ainda estão ativos: OIRA, PIRA, CIRA, RIRA e o INLA. Os quatro primeiros com seus respectivos *Sinn Féins*³⁷ e o último ligado ao IRSP.

A história do IRA e do movimento republicano é a história das incontáveis lutas e disputas que moldaram agendas em comum ao longo de diferentes circunstâncias históricas. São estas disputas e acordos, as negociações e relações tanto internas ao exército quanto entre o exército e o partido e outros grupos republicanos que serão analisadas nos capítulos seguintes. Obviamente o campo simbólico e idealista, o nacionalismo, e anticolonialismo são fulcrais para o grande apoio popular ao movimento, mas este aspecto não poderá ser devidamente explorado nesta dissertação.

Desta forma, é necessário ter em mente que simplificações e generalizações – ainda que muitas vezes inevitáveis – distorcem as numerosas práticas, identidades, ambições e funções diferentes entre si. De um ponto de vista analítico, muito do que está em jogo depende do grau em que se consegue esquivar das caricaturas, clichês e manobras propagandísticas que são parte da (complexa) política que se quer analisar.

³⁶ Martin McGuinness admitiu ter feito parte do IRA em 2001, em testemunho para dar mais substância aos diversos pedidos de abertura de inquérito investigativo sobre o Domingo Sangrento.

³⁷ O *Official Sinn Féin*, ligado ao OIRA, posteriormente tornou-se o *Workers' Party*

Em primeiro lugar, é preciso resistir à ideia de que quaisquer referências ao IRA descrevem um agente uno ao qual se pode atribuir ambições unitárias que podem ser entendidas, por sua vez, enquanto uma forma convencional – jacobina ou leninista – de ação revolucionária já que nem mesmo estas revoluções paradigmáticas que moldaram o pensamento moderno poderiam ser caracterizadas desta maneira, simplificadas e reduzidas a símbolos.

Esta complexidade empírica, porém, não é a única questão que precisa ser levada em consideração. Parte desta complexidade que vem sendo apresentada na extensa literatura dedicada particularmente ao IRA, pode demonstrar que o exército republicano é expressão e atua a partir de reservas significativas de autoridade política. De fato, inúmeras vezes o IRA é tratado não como uma manifestação de puro terror, mas como uma manifestação – por vezes legítima, por vezes não – de um povo, dividido e plural como qualquer povo, e é precisamente desta forma que a organização é tratada pela maior parte das ditas autoridades legitimadas britânicas e irlandesas.

Ao contrário do que possa ser divulgado oficialmente, sempre houve canais de comunicação entre o IRA e as instituições consideradas legítimas que constituem os governos da Irlanda do Norte, da República da Irlanda e do Reino Unido. No nível mais raso e pragmático possível, o IRA (e a maioria das organizações do gênero) e a polícia sempre mantiveram um canal de comunicação onde códigos previamente estabelecidos são utilizados para evitar tanto alarmes falsos, quanto que outros façam uso do nome do grupo e, desta forma, a polícia evitaria mobilizações em vão, enquanto o IRA e outros grupos conseguem receber os créditos devidos de suas manifestações.

No nível mais alto nas hierarquias governamentais igualmente, sempre houve canais “secretos” de comunicação entre agências do Estado e os grupos com os quais seria supostamente imoral negociar. Como Peter Neumann descreve, o argumento do discurso de democracias com relação à questão é que nunca devem ceder à violência e terroristas não devem ser premiados pelo seu uso, já que a negociação daria legitimidade aos supostos terroristas e colocaria em risco o modo como a organização política é estruturada nas democracias. Na prática, porém, o que acontece é o contrário e no que diz respeito a negociar com

“terroristas” o discurso e a prática dos Estados são bastante diferentes, o que não é novidade alguma.³⁸

O governo britânico manteve um canal de negociações com o IRA por diversas vezes e, em ocasiões mais críticas, chegou a receber representantes do exército republicano em Londres. Outro canal de comunicação “secreto” foram os famosos encontros entre Gerry Adams e John Hume do SDLP, negados por ambos durante anos e posteriormente assumidos, que teriam sido um dos passos originários do acordo da década seguinte. John Major, primeiro ministro britânico, do partido conservador, tomou parte em algumas destas conversas.

Desta maneira, o IRA pode ser entendido, também, em termos que são mais comumente associados a Estados, termos estes que não contrapõem a legitimidade da autoridade de Estados à ilegitimidade da autoridade antiestatal de organizações terroristas, mas que focam nas similaridades de ambas as formas de organização e práticas políticas e as diferentes concepções de autoridade legítima que competem entre si e que refletem o imaginário político de cada uma destas organizações.

Sempre houve diferentes tradições socialistas, e outras nem tanto, atuantes dentro do IRA que competiram pela definição de sua agenda. Não é surpreendente a ocorrência de inúmeras divisões ao longo da história do movimento. A guerra civil irlandesa da década de 1920 foi o palco da primeira divisão do IRA, reconhecido como o exército oficial da república, entre os chamados *regulars* (pró-acordo) e *irregulars*. A partir de então, a denominação IRA passa a ser usada pela facção rebelde que continuaria sem reconhecer o Estado Livre da Irlanda e a divisão da ilha até 1969 quando surge o PIRA.

Os anos 1960 e 1970 foram testemunhas de lutas por direitos civis ao redor do globo e na Irlanda do Norte não foi diferente: as marchas católicas por direitos civis e reforma eleitoral aconteceram nas ruas de diversas cidades, geralmente acompanhadas de violência. A repressão aos protestos foi, naturalmente, severa com o envio (mais uma vez) de forças especiais ao local. O grande desentendimento entre os *stickies* e *provos*³⁹ foi justamente relacionada ao uso da

³⁸ NEUMANN: 2007

³⁹ Como são apelidados membros do OIRA e PIRA, respectivamente.

violência e à ineficácia do IRA em proteger aos seus e a necessidade de uma defesa mais forte.

Esta divisão é fundamental por se tratar do primeiro sintoma do que será uma vitória do nacionalismo sobre o internacionalismo dentro do movimento, e que culminará no que muitos chamam de provincianismo de Belfast a partir dos anos 1980⁴⁰. Uma leitura do marxismo mais internacionalista cede, aos poucos e mais uma vez, lugar ao pragmatismo da nova geração, de Adams, Morrison e McGuinness ao mesmo tempo em que se tornava cada vez mais clara a impossibilidade de uma vitória puramente militar na Irlanda do Norte, quando todas as lutas armadas ao redor do mundo nos anos de 1980 haviam sido derrotadas neste sentido e outras maneiras de ação se faziam necessárias. O PIRA passa a ser a força hegemônica na luta armada republicana a partir da ruptura de 1969, e a denominação IRA passa a ser usada comumente para se referir a esta facção.

Os *stickies* continuaram suas atividades de viés mais pacífico – declaram armistício em 1972 depois de uma tentativa de retorno às armas – em paralelo até a transformação do *Official Sinn Féin* em *Workers' Party* na década de 1980, quando optaram definitivamente pelo uso da via eleitoral em detrimento da luta armada. Tal caminho não se deu de maneira tão pacífica e, como se poderia supor, houve mais uma divisão dentro do *Official Sinn Féin* e OIRA em 1974 quando uma facção mais radical fundou o INLA e o IRSP.

O INLA, cujo primeiro líder foi assassinado por membros do OIRA, foi bastante atuante durante as décadas de 1970 e 1980 e responsável por atentados e assassinatos de caráter basicamente sectários. O grupo também é conhecido pelas sangrentas brigas internas de onde várias facções se separaram, sendo o *Irish People's Liberation Organisation* de 1987 o mais conhecido e o menos respeitado.

O CIRA (*Continuity IRA*) se separa dos *provisionals* em 1986 por discordar da direção tomada pela liderança que passa a admitir a possibilidade de abandonar a política de abstencionismo e boicote ao *Dáil Éireann* – a assembleia nacional da

⁴⁰ BOWYER-BELL: 1997; MOLONEY: 2007

República da Irlanda. Pela manutenção do não-reconhecimento às instituições não consideradas legítimas pelo republicanismo. O *Dáil* não representa a Irlanda como um todo, apenas o Sul e, por esta razão, o CIRA se retirara da organização pela continuidade da política abstencionista e funda, ainda o *Republican Sinn Féin*. Houve, além deste, dois grupos que se separam do CIRA em 2006, de menor representatividade, o *Irish Republican Liberation Army* e o *Oglaigh na hÉireann* - IRA em gaélico e nome utilizado por todos os IRAs. Em 1998 surge o RIRA, formado por voluntários que não aceitam o processo de paz que se desgarram do *Provisional* levando todas as armas que podiam carregar.

A questão central aqui é que, longe de se tratar do polo oposto dos Estados legítimos, enquanto manifestação de violência ilegítima, as organizações como o IRA podem ser entendidas, pelo contrário, como tendo muito mais em comum com os Estados, com a política comum do que como antagônicas a alguma norma estabelecida de política comum.

Mais especificamente, e como é amplamente sabido, o próprio Estado é fundamentalmente estabelecido e se legitima a partir de práticas de violência a tal ponto que a definição mais célebre do que consiste um Estado diz respeito ao monopólio do uso legítimo da violência como resume Max Weber em seu “Política como Vocação.” A imagem do Leviatã de Hobbes também remete à relação da violência com o Estado e Charles Tilly demonstra amplamente em brilhante análise como a violência e a guerra são elementos centrais nos processos de formação do Estado moderno.

Portanto, seja em termos empíricos, seja em termos de princípio formal, é possível enxergar maneiras de se compreender o IRA (e outras organizações similares) através de termos que recusam a narrativa convencional sobre violência legítima estatal e violência ilegítima terrorista, possibilitando uma análise com foco em questões mais internas do IRA na busca do que esta organização é e o que ela faz. Pode-se dizer, com inspiração na história sociológica das instituições e dos processos sociopolíticos que as geram, que o IRA é uma organização que funciona precisamente como uma instituição, com estruturas regulares, práticas, códigos de comportamento, que se reproduzem ao longo da história.

Esta dissertação, portanto, parte do princípio de que o IRA pode ser analisado, também, como uma forma de política comum; e que, apesar de não se tratar de um Estado oficial, pode ser compreendido em termos relativamente convencionais. É neste sentido que esta dissertação procura explorar um conjunto específico de práticas desempenhadas pelo IRA ao longo de um período histórico significativo. De fato, esta análise entende que o IRA pode ser compreendido como um tipo de ator legítimo específico, com autoridade para fazer uso da violência, passível de ser pensado mais como uma espécie de Estado do que como uma organização antiestatal.

Anteriormente foram apresentadas ilustrações da autoimagem de outros grupos republicanos e sua herança das narrativas revolucionárias, jacobina ou leninista, mas até mesmo o PIRA e *Sinn Féin*, hegemônicos no movimento e que participaram das negociações do acordo com os “Estados ilegítimos” do Reino Unido e da República da Irlanda, fazem uso desta imagem e das narrativas revolucionárias modernas. A grande questão parece ser como manter esta narrativa, tão importante para sua legitimidade, ao mesmo tempo em que, na prática, passam a se aproximar e legitimar cada vez mais as instituições contra as quais lutavam. De acordo com a versão da história do próprio movimento republicano, a luta pela independência da ilha data do século XII como pode ser observado no sítio eletrônico do *Sinn Féin*, na seção *History*:

“Throughout history, the island of Ireland has been regarded as a single national unit. Prior to the Norman invasion from England in 1169, the Irish had their own system of law, culture and language and their own political and social structures. Following the invasion, the island continued to be governed as a single political unit, as a colony of Britain, until 1921.

At various times over the next 800 years Irish men and women resisted British rule and attempted to assert Irish independence. Between the years 1916 and 1921 Irish nationalists waged a combined political and military campaign against British occupation. In 1920 partition (dividing Ireland into two sections - the 26 and Six Counties) was imposed by a British Act of Parliament. The consent of the Irish people was never sought nor freely given⁴¹.”

É clara a influência do pensamento revolucionário moderno, do nacionalismo e o direito de autoafirmação dos povos. Qualquer historiador, entretanto, pode ver o problema em se afirmar que a ilha da Irlanda foi tida como uma unidade nacional no século XII. O uso desta narrativa tem grandes

consequências e esta questão será retomada nos capítulos seguintes. Danny Morrison afirma que acadêmicos e jornalistas não conseguem compreender o movimento, por não terem a capacidade de entender a psique de um revolucionário⁴², tal como parte do movimento se vê. A primeira declaração pública do PIRA – o “*undefeated army*”- em 1969, também afirma afiliação a este pensamento:

*“We declare our allegiance to the thirty-two county Irish republic, proclaimed at Easter 1916, established by the first Dáil Éireann in 1919, overthrown by forces of arms in 1922 and suppressed to this day by the existing British-imposed six-county and twenty-six-county partition states.”*⁴³

Qualquer que seja a importância destes entendimentos em termos de ideologia, retórica e compromisso com a causa, esta análise não irá ter estas questões como centrais, mas irá focar em duas suposições relacionadas entre si e que podem estar implícitas em muitas formulações ideológicas, mas que, como será argumentado, têm sido mais significativas nas práticas do IRA.

Primeiramente, se o IRA pode ser entendido como uma forma autorizada de política, parecido com um Estado, pode-se supor que sua autoridade deriva, em parte, de sua capacidade de prover sua população quando um Estado não o faz ou não está estabelecido, um dos serviços é a promoção de “segurança” para seus “cidadãos,” de proteger uma população específica⁴⁴ tanto externa quanto internamente. Esta é a direção tomada pelas análises contemporâneas no campo dos estudos de segurança por Campbell, Walker e Huysmans.

Muitas análises sobre o Hamas igualmente chamam atenção para o grau de legitimidade que o grupo – considerado terrorista pelos Estados Unidos e União Europeia, mas não pela ONU – alcançou na Palestina justamente por prover a população de direitos e serviços – proteção, educação, saúde, assistência social – que o Estado (que Estado?) não promove.

Em ambos os casos, o movimento republicano e o Hamas procuram assistir à sua população específica e protegê-la de um Estado colonial invasor, mas não somente isto, promovem, ainda, redes de solidariedade intra e intercomunal. Peter

⁴¹ <http://www.sinnfein.ie/history> - Acessado em 7 de janeiro de 2011

⁴² Ver anexo I

⁴³ ENGLISH: 2003

⁴⁴ Cujos direitos não estavam sendo protegidos pelo Estado oficial

Damant credita muito da autoridade do Hamas, não somente ao fato de representarem “uma liderança alternativa, mas também uma rede de instituições sociais ao redor da mesquita (...) com a finalidade de preencher o vazio deixado tanto por Israel quanto pela OLP.”⁴⁵

O movimento republicano promoveu diversos serviços como transporte coletivo quando o transporte público passava ao largo das áreas católicas,⁴⁶ redes de solidariedade intracomunal, assistência jurídica, e o pagamento de pensão para os parentes de pessoas mortas durante o conflito, especialmente quando a serviço do IRA, assim como o Hamas, que por sua vez trabalha em situação um pouco mais crítica. Isto não quer dizer que a maioria das populações locais apoie a luta armada, mas é inegável o alcance do serviço social em ambos os casos.

A solidariedade intercomunal ocorre entre diversas organizações do gênero ao redor do planeta. O Hamas é grande responsável pela facilitação de chegada de ajuda internacional à Palestina, e grupos republicanos promovem solidariedade entre as duas regiões como o *Irish Ship to Gaza Committee*, comitê que reúne diversos grupos antiviolença e pró-Palestina e que organiza a ida do navio *Freedom Flotilla to Gaza* com doações, em protesto ao bloqueio a Gaza e suas consequências ao povo palestino.

Em segundo lugar, se este é um entendimento aceitável, pode-se esperar que o IRA, assim como os Estados⁴⁷, seja constituído por facções concorrentes, todas elas fazendo uso de alegações sobre segurança – relacionadas à proteção de identidades, áreas e questões específicas – para corroborar suas reivindicações no âmbito desta concorrência. Esta é a direção tomada por autores como Huysmans e Bigo, para citar alguns, nos estudos de segurança contemporâneos.

Uma das práticas semelhantes entre Estado e IRA são os mecanismos de governo que podem ser capturados na análise das práticas cotidianas do exército republicano e os processos de interação entre este e a sociedade. Um dos mais óbvios mecanismos de governo são os mecanismos de vigilância civil, o que

⁴⁵ DAMANT: 2002

⁴⁶ como os taxis da falls road que fazem lotação até hoje por preço menor do que a tarifa dos ônibus públicos.

chamam de *neighbourhood watch*, que fazem as vias de polícia até os dias de hoje, tanto nos bairros nacionalistas quanto nos bairros unionistas. Além disso, a justiça também é exercida o dia a dia, em separado da justiça Estatal e punições exemplares eram e ainda são feitas, contra aqueles que cometem crimes dentro de sua vizinhança como o tráfico de drogas, roubo, etc. Naturalmente a traição está entre os crimes que são focos das punições organizadas pelos grupos como o IRA, mas também os demais tanto católicos e protestantes.

Na segunda parte deste capítulo será apresentado, especificamente, o quadro teórico que será utilizado nesta dissertação, desenhado e adaptado da teoria de Jef Huysmans para a análise das agências de segurança a partir da política da proteção e (in)segurança e como sua teoria será utilizada para inspirar um exercício de análise de um (dos inúmeros) aspectos do IRA. Ao longo da análise feita nos capítulos seguintes, serão utilizadas entrevistas com Danny Morrison, ex-prisioneiro e líder do PIRA feita em setembro de 2010.

1.2 Considerações Específicas:

O desenvolvimento dos estudos de segurança na disciplina de Relações Internacionais já é conhecido o suficiente e um detalhamento das etapas pelas quais esta subárea passou desde o fim da Segunda Guerra até os dias de hoje não se faz necessário. O que deve ser destacado aqui, neste desenvolvimento, é a centralidade do Estado – enquanto unidade inerte – durante longo período nos estudos de segurança que definem o objeto a ser protegido como sendo o cidadão dentro de um território específico, e, ainda mais importante que o cidadão, o próprio Estado no âmbito de uma “anarquia” internacional. A sobrevivência é o que estaria em jogo e as ameaças existenciais são consideradas objetivas e externas às agências de segurança, cuja percepção de tais ameaças pode ser acurada ou não. Desta forma, os estudos de segurança inicialmente estavam centrados nas questões militares e materiais de defesa estatal e definição de ameaças. A questão de quem protege, quem é protegido e quais são as ameaças –

⁴⁷ O que se quer dizer aqui é que existem determinadas práticas comuns entre grupos como o IRA e o Estado, são estas práticas comuns que são salientadas. Não se pretende confundir sociedade civil com Estado, e sim salientar as práticas comuns entre o IRA e o Estado.

Estados, cidadãos e invasões militares – é bem clara e só há divergências quanto à percepção correta ou errônea das ameaças, como a velha questão de até que ponto uma arma nas mãos do meu amigo não representa perigo para mim em um sistema internacional ou no estado de natureza, a curto ou longo prazo, etc. Joseph Nye é exemplo proeminente dos estudos de segurança estadocentrista voltados para a defesa nacional e focados na questão da percepção das ameaças temperadas pela questão nuclear⁴⁸.

No último quartel do século XX há uma ruptura nesta subárea, especialmente após o fim da boa e velha ordem mundial vigente durante a Guerra Fria, há um clamor pela ampliação da agenda de segurança. Primeiramente é defendida a necessidade de ultrapassar as questões puramente militares e se estender os estudos para incluir novas perguntas relacionadas a questões econômicas, ambientais, sociais e humanas. Desta forma a centralidade do Estado e das questões militares é questionada para incluir a segurança de objetos não-estatais e ameaças não-militares. Buzan e, posteriormente seus companheiros de Copenhagen⁴⁹ são cruciais nesta ampliação do movimento de securitização de novas questões e batem de frente com os que defendem a manutenção do foco militar e estatal na agenda, como Stephen Walt⁵⁰.

As disputas acerca da definição de ameaças se dão em torno de duas questões: se sua natureza é objetiva ou subjetiva e qual prioridade política ela deve receber tanto em relação a outras políticas ligadas quanto não ligadas à segurança. Porém não basta analisar a questão da ameaça. Dentro do debate de ampliação dos estudos de segurança houve outra divisão com autores que procuram questionar o próprio conceito de segurança e insegurança e chamar atenção para sua (re)produção social. Uma simples ampliação dos objetos passíveis de proteção ou das ameaças não é suficiente para dar conta dos processos sociopolíticos que moldam as inseguranças em uma perspectiva onde as ameaças não seriam anteriores e externas às agências de segurança e contra as quais elas reagem, mas internas: as próprias práticas, rotinas, discursos e disputas destas agências (re)produzem o que é ameaça em uma complexa política de

⁴⁸ NYE: 1988

⁴⁹ BUZAN: 1983; BUZAN: 1991; BUZAN, WAEVER e DE WILDE: 1998

⁵⁰ WALT: 1991

representação. O foco destas análises não está na definição de ameaças e sua hierarquia, mas em como esta hierarquia de ameaças é construída e legitimada através dos processos sociais, políticos e culturais procurando evitar sua reificação⁵¹. É esta a direção seguida por Walker, Der Derian e Huysmans⁵².

Este movimento crítico de (des)construtivismo nos estudos de segurança teve como grande influência a chamada virada linguística. Autores como Campbell, Fierke e Waever deram ênfase à construção de ameaças a partir da estrutura cultural e linguística onde estão imersos os sujeitos e agências de segurança: a herança cultural, os jogos de linguagem, os atos de fala e a retórica, dependendo do autor, seriam determinantes na construção e legitimação de inseguranças⁵³. Jef Huysmans, que se (auto)situa na banda crítica do aprofundamento dos estudos de segurança, pretende ir além da virada linguística demonstrando a necessidade de se resistir à tentação de se delegar agência à estrutura linguística em detrimento dos processos sociais e tecnocratas. Um ato de fala ou a repetição discursiva somente não têm capacidade de atuação por si e a capacidade de securitização dependeria do *status* e legitimidade dos ditos especialistas e das relações e competições entre as agências de segurança. Portanto, o autor defende a necessidade de uma análise sociológica e histórica das instituições de segurança em um âmbito de relações de poder, de disputas políticas. Mais a frente esta tensão entre tecnocracia e discurso em sua teoria será retomada, mas por hora o ponto central é que a postura Jef Huysmans em suas análises se encaixa com a análise que será feita aqui, que pretende evitar uma perspectiva estadocêntrica que tem moldado a maior parte das narrativas sobre o conflito na Irlanda e no Reino Unido.

A princípio, os movimentos de ampliação e aprofundamento nos estudos de segurança podem implicar numa tentativa de se minimizar a importância do Estado da mesma maneira que muitos idealistas ou globalistas o fazem nos estudos de segurança humana ou segurança ligada à ecologia, por exemplo. Este não é o caso de Huysman, muito pelo contrário, ainda que o foco não seja no Estado como um todo, nesta tradição de pensamento é dada no mínimo a mesma

⁵¹ HUYSMANS: 2006

⁵² WALKER: 1990; DER DERIAN: 1993; HUYSMANS: 2005 e 2006

⁵³ CAMPBELL: 2002; FIERKE: 1998; WAEVER: 1995

atenção à tentativa de se levar o Estado mais a sério ao se procurar entender suas complexidades, suas (re)produções sociais, suas manifestações institucionais, os diferentes interesses rivais, a presença dos processos internacionais dentro da arena doméstica. Pode ser observada na teoria de Jef Huysmans a presença de diversas formulações de sociologia (Bigo), sociologia histórica (Tilly), formulações críticas de teorias de relações internacionais que rejeitam a simples divisão interno/externo da ordem política moderna (Walker) e da ênfase nas práticas, discurso e tecnologias de governo associadas interpretações do pensamento de Michel Foucault.

De fato, Huysmans credita a Foucault sua interpretação do Estado não enquanto algo pré-definido, mas enquanto uma questão, seguindo sua linha de uma leitura da analítica das artes modernas de governo e suas racionalidades específicas. A soberania, presente nos estudos de segurança centrados no Estado, que não o problematizam, é apenas uma de três técnicas de governo que se desenvolveram ao longo da história moderna. À soberania – onde a lei é central – se somam a disciplina – onde o indivíduo e seu corpo são centrais – e a governamentalidade – onde a população e a biopolítica são centrais. As três artes de governo coexistem e apresentam diferentes lógicas muitas vezes incompatíveis entre si.⁵⁴

Desta forma, o Estado não pode ser visto como nome que denota uma visão específica e normativa de organização política e tampouco é um “monstro frio” unitário pré-definido, já que é constituído por e através de uma grande variedade de estratégias públicas e privadas de governo que têm o Estado como seu domínio de atuação e como princípio de aplicação. O que é central não é o Estado propriamente dito, mas as estratégias de governo dentro das quais as suas instrumentalidades são incorporadas e aplicadas. Ao se focar nas múltiplas categorias de governo, o Estado é dissolvido, num primeiro momento, enquanto categoria organizadora dos estudos de segurança – soberano e unitário, definidor de uma comunidade política específica a ser protegida. O Estado é desmontando

⁵⁴ HUYSMANS: 2006

em várias instituições e práticas diferentes e concorrentes entre si, com estratégias de governo específicas.⁵⁵

A crítica ao estadocentrismo nos estudos de segurança não diz respeito a propor uma nova hierarquia de objetos referenciais, substituindo a categoria de Estado pela categoria de indivíduo ou de humanidade. Ao contrário, Huysmans, como propõe Foucault,⁵⁶ tenta reinserir o Estado que, num segundo momento, emerge após ser dissolvido, nos estudos de segurança através da atenção, do foco, dada às práticas de governo das liberdades e às diferentes forças rivais que são parte do Estado. Justamente, ao se negar a dar centralidade ao Estado, este é reintroduzido não mais como um dado fechado, mas como uma questão histórica, e sua grande quantidade de práticas situadas que moldam e empregam uma variedade de técnicas governamentais que, por sua vez, moldam a conduta de uma população em situações de insegurança.⁵⁷

Da sociologia, Jef Huysmans faz uso da teoria de Didier Bigo – e, portanto, de interpretações de Pierre Bourdieu e de Foucault – que dá centralidade à análise das práticas e disputas entre os agentes de segurança que ultrapassam os limites do Estado. Bigo chama atenção para como o dia-a-dia dos profissionais de segurança, suas rotinas, e o desenvolvimento de tecnologias de segurança são centrais na construção da ameaça. O movimento da análise tecnocrata demonstra a centralidade, para Bigo, do cotidiano dos profissionais de segurança, a concorrência e colaboração entre as agências e a necessidade constante de legitimação de suas práticas na maneira como questões são enquadradas como questões de segurança.

Apesar de Huysmans não mencioná-la, está presente a linha de pensamento de Charles Tilly e a sociologia histórica. Tilly, em extenso trabalho, descreve o processo de formação do Estado com disputas entre diferentes processos concorrentes e a centralidade das práticas de violência na legitimação e formação dos Estados.

⁵⁵ ibdem

⁵⁶ FOUCAULT: 2008

⁵⁷ HUYSMANS: 2006

Da teoria de Walker, Jef Huysmans faz uso da recusa de uma divisão simplificadora entre interno e externo e a percepção da relação mutuamente constitutiva entre o dentro e o fora que recusa a visão do Estado como uma caixa fechada. Principalmente, a partir de sua interpretação de Walker, o autor está atento a como diferentes reivindicações acerca de segurança refletem diferentes imaginações do político. Desta forma, Huysmans procura incorporar a necessidade de se analisar o imaginário político das práticas de segurança a um quadro teórico sociológico.⁵⁸

Huysmans fala aqui das diferentes instituições públicas e privadas que têm o Estado como sua área de atuação e princípio de aplicação que organizam a conduta da liberdade de uma população. Da mesma maneira, considerando os pressupostos de que o IRA e o movimento republicano podem ser considerados como uma forma autorizada de política, o movimento também pode ser entendido como formado por diferentes agências que, em paralelo às instituições públicas e privadas ligadas ao Estado, igualmente organizam a conduta da liberdade de uma população específica. Cada uma destas instituições, com suas diferentes lógicas de segurança, refletem, produzem e reforçam uma visão específica da política, do que é legítimo e de que tipo de comunidade política é a ideal.

Juntamente com os autores chamados *wideners*, no âmbito do debate que amplia os estudos de segurança, Huysmans endossa que as questões de segurança não podem ser limitadas a um setor político-militar, focadas nos estudos materialistas militares e na defesa do território estatal e seus cidadãos contra agressões externas e internas, há necessidade de se integrar mais tópicos, problemas aos estudos de segurança para além do Estado.

Contudo, simplesmente destronar o Estado enquanto objeto central das questões de segurança e colocar em seu lugar outros objetos – indivíduos, não cidadãos; ou humanidade, não Estados – leva a discussão a uma mera disputa acerca da definição de ameaças – mais numerosas do que somente questões militares. A pergunta de quem deve ser protegido de que ameaça se limita a questões de hierarquia na agenda de segurança. Não se questiona o significado de

⁵⁸ HUYSMANS: 2006

segurança e o Estado não é problematizado, levando à separação do Estado e dos outros objetos referentes de suas histórias e complexidade.⁵⁹

Huysmans faz uso de algumas contribuições dos autores que participaram da chamada virada linguística nos estudos de segurança. A grande contribuição destes autores seria chamar atenção para o a questão de que não haveria fenômenos naturalmente, ou *a priori*, relacionados à segurança, mas que estes são socialmente construídos. Porém, ao focar somente na estrutura linguística, estes estudos perdem as práticas de vista e acabam por negar capacidade de agência aos atores que fazem parte da construção e reprodução das rotinas nas instituições de segurança, que têm parte ativa na política de definição de inseguranças.

Huysmans aceita a característica performativa da linguagem como analisada por Deudney, Waever, Fierke, mas não se pode dizer que um fenômeno seja enquadrado como questão de segurança a partir de um ato de fala e de jogos de linguagem da insegurança somente, ou do uso tático da retórica de segurança em discursos políticos. A linguagem não é meramente descritiva, mas também constrói, e algumas palavras e discursos carregam conotações específicas e significados históricos que influenciam a realidade social.

Ainda assim, Huysmans considera que tais análises acabam por focar demasiadamente em discursos de grandes atores, dos políticos profissionais – na política como espetáculo - ou na força da estrutura cultural linguística. Uma questão só será legitimada como de segurança a partir das práticas dos agentes de segurança, e, ainda, quaisquer tentativas de se enquadrar algo como uma questão de segurança será alvo de contestações de outros atores e instituições no âmbito das relações politico-sociais. Para ser rotulado e contestado como insegurança, um fenômeno deve ser taxado como tal discursivamente e administrativamente – política espetacular e política tecnocrata. Para Huysmans. as práticas moldam a insegurança discursiva e institucionalmente dentro de uma racionalidade de segurança.⁶⁰ Nesta dissertação, a política como espetáculo não será considerada menos importante do que a tecnocrata, já que seria improvável que um movimento

⁵⁹ Ibidem

⁶⁰ HUYSMANS: 2006

social como o republicano pudesse ser legitimado sem o simbolismo do republicanismo.

A racionalidade de segurança, ou lógica de segurança, é a saída de Huysmans para contornar o problema das análises linguísticas e pretender ir além delas, chamando atenção para as categorias de inteligibilidade que dão autoridade e atravessam as práticas de segurança. Esta racionalidade define o significado de segurança. Através dela as práticas de segurança regulam os objetos de governo e integram eventos e desenvolvimentos fragmentados em um domínio de insegurança, bem como, introduzem e justificam tecnologias específicas de segurança. A racionalidade ou lógica de segurança se diferencia dos discursos de perigo de Campbell, dos jogos de linguagem de Fierke e da estrutura retórica da segurança de Buzan e Waever no modo como a racionalidade de segurança demonstra a ideia de que o enquadramento de um fenômeno como insegurança consiste em investir uma estrutura histórica de segurança, política e socialmente construída, enquanto se afasta de seu foco linguístico.⁶¹ Aqui não se pode promover uma separação do uso de uma racionalidade historicamente mobilizadora neste sentido.

Em outras palavras, a racionalidade de segurança de Huysmans, segue a linha foucaultiana de racionalidades governamentais herdadas ao longo da história, racionalidades estas que estão imersas nas práticas, nos saberes governamentais, habilidades, tecnologias, etc. Desta forma a linguagem não tem hierarquia sobre as práticas, o foco muda da linguagem para as categorias de inteligibilidade – as lógicas de prática – que perpassam tanto práticas governamentais linguísticas, quanto não-linguísticas, bem como artefatos, tecnologias e técnicas que estabelecem os domínios de insegurança.⁶²

Nesta dissertação serão usadas as seguintes ferramentas ou movimentos conceituais apresentados por Jef Huysmans: análise práticas de segurança através das histórias institucionais; a questão da agência nos estudos de segurança; a questão da racionalidade de segurança. Todos os três movimentos citados são irreversivelmente interligados e apontam para a utilidade de um foco mais

⁶¹ HUYSMANS: 2006

⁶² Ibidem

sociológico nos estudos de segurança. Outro ponto que será usado, transcorrendo pelos três acima, é o outro movimento analítico que Huysmans pretende fazer em resposta à sua interpretação de Walker e diz respeito ao jogo duplo analítico entre sociologia e teoria política, ou seja, a partir das análises das práticas, da racionalidade e da história das instituições, observar que estas refletem e reproduzem um imaginário político específico.

a) Diversos autores, assim como Huysmans, demonstram a importância de uma análise voltada para as práticas, e não para generalizações. Há um deslocamento do foco nas estruturas e estase dos modelos estadocentristas tradicionais nos estudos de Relações Internacionais e das ponderações realistas acerca de segurança nacional para uma preocupação com o processo e o movimento; as práticas, atores e o impacto de suas ações; histórias institucionais.

Este movimento de diluição do chamado monstro frio, como já foi dito antes, expõe a abundância de processos, muitas vezes contraditórios entre si, que fazem parte da construção e reprodução do Estado moderno. Foucault chama atenção para as diferentes artes de governo que estão presentes neste processo e que representam diferentes lógicas de governo de condutas e produzem – e são produzidas por – uma variedade de técnicas de governo.⁶³

É importante, ainda, para Huysmans, diluir o foco nas estruturas linguísticas que imobilizam as práticas. Desta forma, se abre espaço para analisar a questão da agência nos estudos de segurança e o impacto que atores, antes ignorados, podem ter nos processos de construção de insegurança. O estudo das histórias institucionais é fundamental para se compreender este impacto das práticas de segurança nestes processos. Cada instituição tem suas rotinas, organização, burocracias, saberes e experts específicos e sua lógica, que vão dar legitimidade e regular os objetos de governo, partindo de uma racionalidade de segurança e participando de sua construção. Naturalmente estas rotinas precisam de uma dimensão simbólica – e não só tecnocrata – para serem legitimadas.

Não são somente os grandes políticos profissionais ou grandes eventos os responsáveis pelas políticas de segurança, mas fundamentais, também, para

⁶³ FOUCAULT: 2008

embasar esta política são os atores mais anônimos, os experts e burocratas e suas rotinas institucionais específicas. Temos aqui o que Huysmans chama de política espetacular – dos grandes discursos e da mídia – e política tecnocrata – das burocracias e atores anônimos – sem que haja necessariamente a impossibilidade de que aqueles que atuam anonimamente não possam fazer incursões espetaculares.⁶⁴ Não deve haver uma submissão de nenhuma destas à outra.

b) A importância das práticas, das agências de segurança e seu impacto na legitimação de políticas leva a outro ponto central na definição de políticas de insegurança: a competição entre elas.

Uma história institucional revela, não somente como as práticas – linguísticas ou não – das agências são fundamentais para os estudos de segurança, mas ainda como a legitimação das próprias agências de segurança em relação a outras agências concorrentes é central para uma análise dos processos socio-políticos que se pretende analisar.

O processo de definição de inseguranças é sempre contestado, ou seja, há diferentes reivindicações relacionadas à (in)segurança feitas por diferentes atores que competem entre si para serem ouvidos e institucionalizados. O treinamento dos profissionais de segurança, os saberes específicos, as rotinas e eficiência burocrática, o lobby institucional na política, tecnologias, tudo isso é utilizado como armas de legitimação de uns e deslegitimação de outros na busca por autoridade, verbas, etc. Da mesma maneira que há competição entre agências, há colaboração entre elas, dependendo da questão e das oportunidades.

Desta maneira as instituições, a partir de suas histórias diferentes, competem para ver quem vai definir como lidar com certa situação e promovem movimentos táticos de contestação no âmbito da luta pela legitimidade de uma política de segurança que podem incluir um desafio ao judiciário, legislativo ou executivo, dependendo de sua posição no aparato governamental. As contestações sobre a legitimidade de determinada política ou enquadramento de insegurança refletem disputas entre que forma de organização política da sociedade é aceitável.⁶⁵

⁶⁴ HUYSMANS: 2006

⁶⁵ WALKER: 2006

As instituições têm seus hábitos, rotinas e burocracias construídas a longo prazo e, por esta razão, resistem a mudanças internas e do *status quo* em geral⁶⁶, mas é importante ressaltar que a competição está presente, ainda, dentro das próprias instituições, entre seus departamentos e nas disputas internas por cargos e poder. Cada reivindicação de segurança, dentro desta competição, reflete o imaginário político por trás de cada agência, como deveria ser organizada a comunidade política e seus referenciais. As visões de insegurança são institucionalizadas através das práticas e reiteram visões acerca da natureza do conceito do político e as investem nas relações sociais.⁶⁷

c) A questão da racionalidade de segurança já foi discutida anteriormente e sua repetição não é necessária, contudo, um ponto importante e que deve ser frisado, diz respeito às práticas linguísticas e tecnocratas presentes aqui e através das quais a racionalidade é expressa e reproduzida. Huysmans, ao criticar os estudos que focam por demais nos discursos, não nega a importância das práticas discursivas no processo de legitimação de inseguranças e de políticas de segurança, mas as coloca em igual – ou por vezes menor – importância que práticas tecnocratas, enquanto aqui elas não serão hierarquizadas.

Não pode haver separação entre práticas discursivas e práticas burocráticas, ambas são essenciais e dão fundamento uma à outra. O discurso é uma prática de governo para a qual darei grande importância levando, porém, em consideração a crítica de Huysmans de que análises discursivas focam por demais em políticos profissionais e na mídia, tentarei manter um foco duplo, nas técnicas de segurança e no discurso de segurança, já que, no caso específico a ser estudado, os discursos são ferramenta fundamental para a legitimação das políticas de segurança.

As práticas discursivas e tecnocratas estão submersas nas racionalidades de segurança – no caso específico de análises de questões de segurança. Os fenômenos não são, necessariamente, automaticamente taxados de ameaça ou insegurança. Este enquadramento de segurança pode unir discursiva e/ou administrativamente fenômenos como desemprego, política de moradia e eleições, por exemplo, com fenômenos mais tradicionalmente ligados a questões de

⁶⁶ BIGO: 1994

⁶⁷ WALKER: 1990, 1997

segurança, facilitando a construção uma visão de insegurança dos primeiros através das categorias de inteligibilidade.

Novamente, as práticas discursivas e as práticas tecnocratas, são trabalhadas dentro de um conceito bifurcado de política de insegurança,⁶⁸ onde política se refere tanto a sua modalidade espetacular quanto tecnocrata. A política espetacular está relacionada ao desenvolvimento e circulação de símbolos em contestações públicas sobre políticas de segurança e disputas por posições de poder. Os atores concorrentes evocam situações de crise, inimigos, desenvolvimentos dramáticos, mitos e rituais políticos para justificar tanto sua posição de poder quanto suas propostas políticas. A política espetacular diz respeito a disputas públicas e visíveis, mediadas por instituições políticas e é direcionada à nação com o objetivo de divulgar ideias e símbolos através da mídia, panfletos e discursos. Enquanto espetáculo, a política de segurança é primordialmente um processo discursivo e/ou simbólico pela busca de legitimidade ou deslegitimação política.⁶⁹

Por outro lado, a política de segurança enquanto processo tecnocrata diz respeito – à legitimidade ou contestação de legitimidade – às rotinas institucionais, disputas por *expertise* entre saberes específicos e treinamento de profissionais. Os processos tecnocratas igualmente regulam as sociedades modernas através de seus *lobbys*, burocracias e tudo que envolve as disputas entre instituições, atuam na estruturação e governo dos domínios de insegurança. Aqui a tecnologia e os profissionais treinados são centrais e a política tecnocrata se apoia muito menos na publicidade, ainda que contribua para reforçar e legitimar crises e emergências espetaculares. Há uma grande importância aqui na questão da continuidade institucional e nas mudanças mais a longo prazo das rotinas e práticas institucionais. Rotinas, treinamento, tecnologias e saberes se desenvolvem lentamente e resistem a mudanças bruscas – o que não significa que não haja lutas por mudanças neste setor.⁷⁰

⁶⁸ Refere-se a contestações das modalidades de enquadramento de segurança e sua legitimidade profissional e política. Esta noção abarca elementos tanto de *policy-making* quanto de política – conflitos acerca de questões de tomada de decisão e implementação; disputas acerca da capacidade de se definir modalidades do enquadramento de segurança e de questionamento efetivo ou da afirmação de sua legitimidade. (HUYSMANS: 2006)

⁶⁹ HUYSMANS: 2006

⁷⁰ HUYSMANS: 2006

1.3 Considerações Finais

Desta forma, após trabalhar os pontos acima, é possível especificar como uma análise inspirada na teoria de Huysmans pode ser feita para explorar uma pequena parte das questões identificadas na primeira parte deste capítulo. Esta dissertação não irá analisar a questão do conflito na Irlanda do Norte como um problema a ser solucionado, mas tentará compreender melhor o Exército Republicano Irlandês em particular e o movimento republicano em geral, a partir de dois pressupostos: de que o IRA pode ser compreendido como uma forma autorizada de política comum, parecido com um Estado, tendo uma parcela de sua autoridade vindo de sua capacidade de proteger uma população específica; e que, portanto, pode-se esperar que o IRA, assim como os Estados, seja constituído por facções concorrentes, todas elas fazendo uso de alegações sobre segurança – relacionadas à proteção de identidades, áreas e questões específicas – para corroborar suas reivindicações no âmbito desta disputa.

Tendo em vista estes pressupostos, as ferramentas analíticas inspiradas na teoria de Huysmans serão utilizadas para analisar o IRA também como uma agência de segurança, em disputa com outras agências pela hegemonia do movimento republicano, levando sempre em consideração, ao longo da análise, que as reivindicações, práticas e ações do IRA refletem seu imaginário político. Naturalmente o IRA não pode ser reduzido a uma agência de segurança, mas esta pode ser considerada uma de suas práticas e que será exposta neste corte analítico.

A primeira ferramenta demonstra a importância do foco nas práticas discursivas e tecnocratas das agências de segurança a partir de uma história institucional. A partir daí, em primeiro lugar, quebra-se o Estado em vários processos e a oposição entre organizações estatais e não-estatais é diluída e, em segundo lugar, o movimento republicano e o IRA não poderão ser considerados como um ator unitário. O movimento e o exército são formados por inúmeros grupos diferentes, com visões políticas diversas.

Através da história institucional, o IRA, e outros grupos, poderão ser analisados em analogia às agências de segurança, que se legitimam como tal ao longo de sua história a partir das práticas discursivas de um lado e tecnocratas de

outro. A prática discursiva e a alusão a referências com forte significado histórico são de extrema importância no caso específico do republicanismo irlandês e fator-chave para sua legitimação, assim como as suas tradições e rotinas institucionais.

A segunda ferramenta é interconectada com a primeira e diz respeito à agência nos estudos de segurança e a concorrência entre as instituições. Justamente por não ser algo inerte, e sim construído a partir das relações sociais, o movimento republicano é constituído por várias instituições que competem entre si por legitimidade, pelo poder de definir qual política deve ser adotada em determinadas ocasiões.

O PIRA surge justamente a partir de uma contestação acerca da legitimidade tecnocrata do exército republicano que não estaria sendo capaz de proteger as áreas católicas durante os conflitos pelos direitos civis. Uma facção do movimento, a partir de uma discordância acerca do enquadramento deste fenômeno como questão de segurança, e acerca da política colocada, ou mal colocada, em prática pela organização, se desliga dela para formar outra organização discursivamente mais fiel à tradição e com mais *expertise*.

Isto tudo em um ambiente onde outras instituições concorrem pela liderança do movimento republicano e pela definição de sua política, pelo uso ou não da violência, sob que estratégia, etc. O NICRA e SDLP de um lado e o OIRA e PIRA com seus *Sinn Féins* de outro.

Há momentos em que há coordenação entre estas e outras instituições, como foi o caso da candidatura de Bobby Sands e outros detentos que participavam da greve de fome no início dos anos de 1980, quando todos os grupos, inclusive o novo INLA, apoiaram as candidaturas a tal ponto que o SDLP não lançou candidatos. Na disputa pela definição de uma agenda, há momentos de ruptura e de colaboração.

A questão da racionalidade de segurança, aqui, é fundamental para se analisar o processo através do qual o IRA ganha legitimidade na Irlanda do Norte. É a partir da definição de que questões como (a falta de) direitos civis devem ser tratadas como questões de insegurança, e a necessidade de se fazer frente à incompetência de quaisquer organizações que deveriam proteger – dentre outras coisas – suas áreas e população, que esta legitimidade é conquistada.

Os dois polos da dual política da insegurança - tanto quanto espetáculo como quanto tecnocrata – andam juntos. A política como espetáculo é representada pelo *Sinn Féin*, que através de discursos e evocações de símbolos historicamente significativos ajuda a legitimar o movimento e justificar sua política de insegurança, dentre outras políticas. A política tecnocrata está presente no IRA, suas tradições e suas rotinas, seus departamentos e hierarquias.

Obviamente, como qualquer processo sociopolítico, não se pode separar e designar um espaço fechado para cada um dos atores. O IRA, naturalmente, faz incursões na política espetacular – seus atentados e declarações – mas sua *expertise* é mais voltada para questões militares, enquanto os líderes políticos do *Sinn Féin* podem aparecer em debates públicos e fazer uso da mídia em nome do IRA, sem esquecer que estes líderes políticos também fazem parte do exército, mas não ficam nos bastidores do movimento, são homens públicos. É importante frisar a competição, ainda, interna do movimento, especialmente será abordada aqui a competição entre o *Sinn Féin* e o IRA pela liderança do movimento – quais das políticas devem estar na agenda.

Os capítulos seguintes irão analisar momentos importantes onde a competição entre instituições (e internas a elas) podem ser vistas mais facilmente ao longo da história do movimento republicano a partir do surgimento do PIRA no final dos anos de 1960. Outra questão a ser observada é da manutenção ou não da legitimidade de uma organização quando suas práticas mudam a partir de mudanças em suas visões de política e como tais mudanças são justificadas e questionadas no ambiente da política de insegurança.